

**INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Vereador Policial Federal Suender - PL

*Indicação ao Chefe do Executivo Municipal de Projeto de Lei para criar o Programa Municipal de Estágio no Município de Anápolis e dar outras providências*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis,

O Vereador subscrevente encaminha, novamente, por meio desta indicação, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da cidade de Anápolis o Projeto de Lei em anexo que cria o Programa Municipal de Estágio no Município de Anápolis e dar outras providências.

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa instituir o Programa Municipal de Estágio Voluntário e Remunerado no âmbito do Poder Executivo Municipal, conforme a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. A proposta respeita os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado no artigo 37 da Constituição Federal. Além disso, a iniciativa está em consonância com o artigo 205 da Constituição, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho,

O estágio é uma etapa crucial na formação acadêmica e profissional dos estudantes, proporcionando a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. A obrigatoriedade do estágio em muitos cursos técnicos e superiores reforça a necessidade de programas que facilitem o acesso dos estudantes a essas oportunidades. No entanto, muitos alunos enfrentam dificuldades significativas para encontrar vagas de estágio, o que pode atrasar ou até mesmo impedir a conclusão de seus cursos. Este projeto de lei busca mitigar esse problema, criando um programa estruturado e acessível, que beneficiará tanto os estudantes quanto as instituições de ensino.

Para a administração pública, a implementação de um programa de estágio traz diversos benefícios. Primeiramente, permite a formação de um banco de



talentos, onde os estagiários podem ser futuramente contratados como servidores efetivos, já familiarizados com a rotina e os procedimentos da administração municipal. Além disso, a presença de estagiários contribui para a renovação e dinamização do ambiente de trabalho, trazendo novas ideias e perspectivas. O programa também promove a responsabilidade social do município, ao investir na formação e capacitação dos jovens.

A iniciativa privada também se beneficia com a criação de um programa municipal de estágio. Empresas locais podem firmar parcerias com a administração municipal para receber estagiários, contribuindo para a formação de profissionais qualificados que atendam às demandas do mercado de trabalho. Além disso, a contratação de estagiários pode representar uma redução de custos operacionais, uma vez que os estagiários recebem bolsa-auxílio, e não salário, e não geram encargos trabalhistas. A presença de estagiários nas empresas também promove a inovação e a atualização constante dos processos produtivos.

Diante do exposto, a aprovação deste Projeto de Lei é de suma importância para o desenvolvimento educacional e profissional dos estudantes do município, bem como para a modernização e eficiência da administração pública e o fortalecimento da iniciativa privada. O programa de estágio proposto contribuirá para a formação de cidadãos mais preparados e qualificados, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do município.

Anápolis, 17 de setembro de 2024.



**POLICIAL FEDERAL SUENDER**  
Vereador - PL

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_\_\_\_ DE 2024**  
Anexo à Indicação nº \_\_\_\_\_ de 17 de setembro de 2024.

*Cria o Programa Municipal de Estágio no Município de Anápolis e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte lei.

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Municipal de Estágio Voluntário e Remunerado no âmbito do Poder Executivo Municipal, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

**Art. 2º.** Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos que estejam frequentando o ensino regular; e pode ser:

**I** - Obrigatório, quando definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**II** - Não obrigatório, quando desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

**Art. 3º.** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

**Art. 4º.** O estágio poderá ser realizado em órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal e nas instituições privadas.

**Art. 5º.** A administração municipal poderá celebrar convênios tanto com instituições de ensino, quanto com a iniciativa privada, em vistas de fomentar a criação de vagas e torná-las mais acessíveis aos estudantes.

**Art. 6º.** O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem, de modo que as vagas disponibilizadas devem proporcionar experiência prática na linha de formação do educando.

**Art. 7º.** São obrigações das instituições de ensino:

**I** - Celebrar termo de compromisso com o educando e a parte concedente;





**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS



**II - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio;**

**III - Indicar professor orientador responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;**

**Art. 8º.** A jornada de atividade em estágio será definida de acordo com a compatibilidade de horários e carga horária do curso do estagiário, não podendo ultrapassar 4 horas diárias, 20 horas semanais, para estudantes de educação especial e 6 horas diárias, 30 horas semanais, para os demais casos.

**Art. 9º.** O estágio poderá ser remunerado ou voluntário.

**Parágrafo único.** Em se tratando de estágio remunerado, será concedido auxílio-transporte e bolsa-auxílio mensais, a serem definidos por decreto, obedecendo à legislação federal pertinente.

**Art. 10.** O estagiário deverá manter frequência escolar mínima, conforme estabelecido pela instituição de ensino.

**Art. 11.** O estagiário deverá registrar diariamente sua frequência, conforme orientações da parte concedente.

**Art. 12.** Para participar do programa de estágio, o estudante deverá residir no município e ter idade mínima de 16 anos.

**Art. 13.** A solicitação e autorização de estágio deverão ser formalizadas através de termo de compromisso assinado pelas partes envolvidas.

**Art. 14.** O estágio terá duração de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art. 15.** O estagiário será desligado automaticamente em caso de reprovação em qualquer matéria ou disciplina.

**Art. 16.** O estagiário será avaliado periodicamente quanto ao seu desempenho.

**Art. 17.** O estagiário deverá estar segurado contra acidentes pessoais.



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS



**Art. 18.** O estagiário terá direito a um período de recesso de 30 dias para estágios com duração igual ou superior a um ano.

**Art. 19.** A proporção de estagiários em relação ao quadro de pessoal da parte concedente deverá ser observada conforme regulamentação específica.

**Art. 20.** As despesas resultantes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Anápolis, 17 de setembro de 2024.



**POLICIAL FEDERAL SUENDER**

Vereador - PL